

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONCEPÇÕES DOS PROFESSORES DAS SÉRIES INICIAIS DA ESCOLA MUNICIPAL VICENTE FRANCISCO DA COSTA EM ALTA FLORESTA – MT, NO ANO DE 2013

MARQUES, Marilaine de Castro Pereira¹
marilainecastro@hotmail.com

BARBOSA, Marciete dos²

JESUS, Marcelino de³
marcelinodejesus@bol.com.br

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo analisar as concepções de Educação Ambiental dos professores das Séries Iniciais, da Escola Municipal Vicente Francisco da Costa, na cidade de Alta Floresta – MT, no ano de 2013, e constatar se os mesmos estão desenvolvendo atividades na área ambiental. Para desenvolver a pesquisa, utilizou-se o método de abordagem indutivo e o método de procedimento monográfico. O instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário formado por 19 questões abertas e fechadas. De acordo com a pesquisa, os docentes desenvolvem atividades na área ambiental e acreditam na importância das mesmas para a formação cidadã dos educandos; são incentivados pela escola a realizar atividades ambientais, que aconteceram na sala de aula e também em trilhas, chácara, rios, e localidades do bairro onde a escola está inserida. Para os pesquisados, as atividades de Educação Ambiental serviram para sensibilizar os educandos a respeito da importância da conservação ambiental, da coleta seletiva de resíduos e dos bons hábitos de higiene. Os pesquisados demonstraram compreensão da importância de trabalhar as questões ambientais e fragilidades referentes ao entendimento de alguns conceitos de Educação Ambiental, das possibilidades de trabalhar com a temática e do papel do educador ambiental. A formação continuada voltada para a abordagem dessas questões se apresenta como uma possibilidade de aprimoramento para os referidos pesquisados.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Concepções e Práticas. Séries Iniciais.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente a Educação Ambiental (EA) é uma questão urgente, visto que a continuidade da vida na Terra depende de mudanças profundas na forma dos seres humanos se relacionarem com o ambiente. Para fortalecer a cultura da responsabilidade planetária é necessário que se promova estudos referentes a dinâmica dos processos que ocorrem na biosfera, da importância de manter as condições que permitem a vida na Terra e dos

¹ Docente da Faculdade de Alta Floresta – FAF.

² Egressa do curso de Pedagogia da Faculdade de Alta Floresta – FAF.

³ Docente da Faculdade de Alta Floresta (FAF)

problemas ambientais causados pelas ações antrópicas, para todos os níveis de ensino. Os meios de comunicações propagam uma grande quantidade de informações, porém, a escola é a instituição responsável pela construção de conhecimentos formais, conforme esclarece a Nova Lei de Diretrizes da Educação Brasileira (LDB) nº 9394/96.

Por meio da EA, pode-se sensibilizar as pessoas para que percebam as transformações da realidade do meio ambiente global; compreendam as causas e os efeitos dos desequilíbrios ambientais e desenvolvam atitudes de respeito e interesse pelo meio ambiente, conforme propõe Guimarães (1995).

A escola deve auxiliar os educandos na construção de conceitos que conduzam a uma convivência harmoniosa com o ambiente e à análise crítica da relação existente entre ciência, sociedade e tecnologia. A promoção das competências em voga pode ser alcançada a partir da articulação das ações educativas voltadas à proteção ambiental e para a concepção de que a natureza não é fonte inesgotável de recursos. As ações educativas devem ter também caráter reflexivo para que a criança possa apreender conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais de conservação e preservação ambiental, como apregoa Guimarães (1995).

A pesquisa desenvolvida com 15 professores dos anos iniciais, da Escola Municipal Vicente Francisco da Costa, localizada no bairro São José Operário, no município de Alta Floresta, teve por objetivo geral analisar as concepções de Educação Ambiental dos referidos sujeitos, no ano de 2013. Os objetivos específicos do trabalho foram: constatar se os referidos professores estão desenvolvendo atividades na área ambiental dentro e fora do âmbito escolar; identificar atitudes que seus alunos desenvolveram por meio das atividades de EA; e questionar os sujeitos pesquisados se encontram dificuldade para realizar trabalhos de EA.

Para desenvolver a pesquisa, utilizaram-se os métodos indutivo e monográfico. O instrumento de coleta de dados foi um questionário constituído por questões abertas e fechadas. Todos os questionários aplicados foram respondidos e devolvidos, o que contribuiu para o êxito do trabalho.

O trabalho se justificou pelo fato de enfatizar a importância que a Educação Ambiental tem na formação do indivíduo e no processo de construção de conhecimentos conceituais, atitudinais e procedimentais. Também trouxe informações referentes ao processo educativo envolvendo a EA em uma escola situada no Portal da Amazônia, o que pode interessar outros profissionais da educação, educadores ambientais, instituições formadoras e empregadoras de professores.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

Atualmente evidencia-se a importância de sensibilizar os seres humanos para que ajam de modo responsável na conservação do meio ambiente. Os fundamentos, a legislação e as práticas da educação ambiental são importantes ferramentas na formação de cidadãos que possam contribuir com a construção de sociedades mais justas e equitativas.

Na sequência, serão abordadas algumas questões relativas à EA na escola, ao papel do educador ambiental e das práticas que podem contribuir com a formação de cidadãos conscientes de seus deveres e direitos.

2.1 A Educação Ambiental (EA): seus princípios e objetivos

A Conferência de EA em âmbito internacional realizada em Tbilisi em 1977, na Geórgia, foi considerada um marco nas questões ambientais. Dias (2004) esclarece que, de acordo com as proposições dessa conferência, ficou entendido que a EA seria a articulação de diversas disciplinas e experiências educativas, que têm por finalidade facilitar a percepção integrada do meio ambiente e a atuação humana mais racional.

Dias (2004) informa que EA é um procedimento transformador, que sensibiliza e intervêm nos hábitos e atitudes da sociedade como um todo. Suas orientações subsidiam o homem para que ele compreenda e utilize com responsabilidade os recursos da natureza para satisfazer as suas necessidades e não onerar as gerações futuras.

Para Dias (1992), as escolas são espaços privilegiados na execução de atividades que propiciem essa reflexão, para tanto, é necessário realizar atividades em sala de aula e também em campo, com ações que levem à participação e à autoconfiança, a atitudes positivas e ao comprometimento pessoal, com a proteção ambiental.

A Lei Nacional de Educação Ambiental (EA) nº 9.795, de 27 de Abril de 1999, em seu Capítulo I, faz as seguintes inferências:

Artigos 1º: Educação ambiental são processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

No seu Capítulo I, a Lei de EA nº 9.795/99, propôs também oito princípios e sete objetivos. Em seu Artigo 4º esclarece que:

São princípios básicos da educação ambiental: I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo; II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade; III - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade; IV - a vinculação

entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais; V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo; VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo; VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais; VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural. Art.

O Artigo 5º da Lei de EA nº 9.795/99 especifica que:

São objetivos fundamentais da educação ambiental: I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos; II - a garantia de democratização das informações ambientais; III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social; IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania; V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade; VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia; VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

Sabe-se que a legislação indica obrigatoriedades a respeito da EA para os diversos setores sociais e que as mudanças no comportamento dos seres humanos dependem dessas iniciativas, porém as transformações necessárias não acontecerão somente por força de Lei, mas, também pelo envolvimento efetivo de cada cidadão na consolidação desta proposta.

2.2 De quem é a responsabilidade de trabalhar Educação Ambiental na escola?

A EA deve ser abordada de forma sistemática e transversal, em todos os níveis de ensino, assegurando a presença da dimensão ambiental no processo ensino-aprendizagem.

A escola é o espaço social onde o aluno será sensibilizado para ações ambientais. Nela os educandos ampliam as capacidades de socialização e aprendem comportamentos ambientais corretos e necessários para o exercício de cidadãos responsáveis.

Para Brasil (2001), a principal função do trabalho com o tema Meio Ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e atuar na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade local e global. Para obter êxito nesse processo, é necessário que a escola proponha trabalhos que favoreçam a construção e o fortalecimento de atitudes, valores e procedimentos de corresponsabilidade e solidariedade em relação às diversas formas de vida do planeta.

A escola deve proporcionar um ambiente escolar saudável, democrático e coerente com o que pretende que os alunos aprendam para atuarem conscientemente, “de modo a favorecer a qualidade ambiental da Terra”, conforme explicita Brasil (2001, p. 187). Para Brasil (2001,

p.186), oferecer informações, explicitações e discussão das regras e normas da escola, bem como a promoção de atividades que possibilitem a participação concreta das diversas etapas do processo educativo “são condições necessárias [...] para o desenvolvimento da capacidade de intervenção na realidade”.

Não se pode esquecer que a escola não é o único agente educativo e que os padrões de comportamento da família e as informações veiculadas pela mídia exercem especial influência sobre os adolescentes e jovens. No que se refere à área ambiental, há muitas informações, valores e procedimentos aprendidos. Tais conhecimentos podem ser incorporados ao trabalho escolar para auxiliar no estabelecimento das “relações entre esses dois universos no reconhecimento dos valores expressos por comportamentos, técnicas, manifestações artísticas e culturais”, conforme propõe Brasil (2001, p. 191).

Brasil (2001, p.191) destaca que nos Parâmetros Curriculares Nacionais os conteúdos de Meio Ambiente foram integrados às áreas, de forma transversal para que a prática educativa crie uma visão global e abrangente da questão ambiental, seus aspectos físicos e histórico-sociais, articulando com os âmbitos local e planetário dos problemas. Cada professor deve adequar o tratamento dos conteúdos para contemplar o Tema Meio Ambiente e os demais Temas Transversais.

No âmbito escolar, todos os educadores são responsáveis por sensibilizar os educandos, para que entendam a gravidade das questões ambientais na contemporaneidade e vivam de acordo com os princípios da sustentabilidade.

2.3 Metodologias que se mostram apropriadas aos estudos de Educação Ambiental

A metodologia é um aspecto fundamental da ação educativa e cabe ao educador eleger a melhor opção para cada situação. Os professores podem atuar de maneira a englobar toda a comunidade escolar, coletar dados, conhecer seu meio, levantar problemas ambientais para propor projetos de intervenção.

Trabalhar com educação Ambiental é promover análises, reflexões e ações que auxiliem na construção de conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais voltados para a formação e fortalecimento da cidadania planetária. A vivência de atividades em contextos ambientais diferenciados, debates, oficinas, sessões de vídeos, dramatizações, produções textuais, desenhos, leitura de imagens e paródias também são possíveis alternativas que o educador ambiental pode utilizar.

Brasil (2001, p. 194) assinala que as disciplinas de Ciências Naturais, História e Geografia, devido à natureza de seus objetos de estudo, são fortes parceiras da EA. As demais disciplinas do currículo escolar também são fundamentais para os trabalhos de EA, pois contribuem na formação dos alunos para que tenham uma visão integrada do ambiente.

A Língua Portuguesa contribui com as leituras de textos orais e escritos, “explicitando os vínculos culturais, as intencionalidades, as posições valorativas e as possíveis ideologias sobre meio ambiente embutidas nos textos”.

A Educação Física, ajuda na compreensão da expressão e autoconhecimento corporal, da relação do corpo com ambiente e o desenvolvimento das sensações; a Arte, com suas diversas formas de expressão e diferentes releituras do ambiente, atribuindo-lhe novos significados, desenvolve a sensibilidade por meio da apreciação, possibilitando o repensar dos vínculos do indivíduo com o espaço; a Matemática constitui numa forma específica de leitura e expressão. Todas as disciplinas ajudam os alunos a trabalhar seus vínculos subjetivos com o ambiente, permitindo-lhes expressá-los. (BRASIL, 2001, p. 194).

Os educadores criativos, conhecedores dos conteúdos e da didática, saberão tirar o melhor proveito com essas possibilidades. Junto com os educandos poderão promover mudanças no contexto escolar, da família e da comunidade.

2.4 O Movimento Ambientalista e o conceito de sustentabilidade

Devido à crise ambiental e social que se abateu sobre o mundo em meados do século passado, a Organização das Nações Unidas, por meio de estudos sobre as mudanças climáticas propôs, no início da década de 1970, o conceito de desenvolvimento sustentável. Esse conceito é uma resposta à preocupação da humanidade, que procurava conciliar a necessidade de desenvolvimento econômico da sociedade com o desenvolvimento social e com o respeito ao meio-ambiente. Atualmente é um tema indispensável nas mais diversas organizações e nas discussões sobre o desenvolvimento de diversas regiões da vivência social, como apregoa Furtado (1972).

O Clube de Roma foi uma entidade constituída por intelectuais e empresários, que não eram militantes ecologistas e que realizaram os primeiros estudos científicos a respeito da preservação ambiental. Camargo (2002) informa que os resultados dos estudos foram apresentados entre 1972 e 1974, indicando que quatro grandes questões deveriam ser solucionadas para que se alcançasse a sustentabilidade: controle do crescimento populacional, controle do crescimento industrial, insuficiência da produção de alimentos e o esgotamento dos recursos naturais.

O conflito entre ambientalistas e empresários é uma ocorrência de longa data. Atualmente o modelo de desenvolvimento proposto tem por finalidade compatibilizar as dimensões econômica, social e ambiental, que surgiu como ponto de partida para enfrentar o dilema entre crescimento econômico e redução da miséria e preservação ambiental, conforme indica Camargo *et al* (2004).

De acordo com Bezerra e Bursztyn (2000), o trabalho proposto pela Agenda 21 brasileira, o desenvolvimento sustentável é um processo de aprendizagem social de longo prazo, balizado por políticas públicas orientadas por um plano nacional de desenvolvimento. O Estado brasileiro, como mostra (Camargo, 2003), tem lugar essencial na promoção e na regulamentação de políticas nacionais de desenvolvimento sustentável. O gerenciamento das escolhas tecnológicas atreladas aos processos produtivos é um problema de política pública de ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável.

Buarque (1994) destaca que o desenvolvimento sustentável é uma proposta que tem uma modernidade ética, e não apenas uma modernidade técnica, pois a proposta do desenvolvimento sustentável implica incorporar o compromisso com a perenização da vida diante da intervenção transformadora do mundo.

Para Furtado (1992), o desafio que se coloca para o século XXI é mudar o curso da civilização, deslocar o seu eixo da lógica dos meios a serviço da acumulação para uma lógica dos fins em função do bem-estar social, do exercício da liberdade e da cooperação entre os povos. É preciso se empenhar para que essa seja a tarefa maior em função de uma nova concepção do desenvolvimento, para preservar o equilíbrio ecológico.

Por sua vez, Cavalcanti (2002) apregoa que a noção atual de desenvolvimento sustentável representa uma vindicação do pensamento de Furtado: não é qualquer taxa de crescimento da economia que pode ser perseguida; há que se pensar antes naquilo que é (ecologicamente) sustentável, ou seja, possível, durável e realizável.

Quanto a isso, vale mencionar o questionamento feito por Furtado (1974):

Por que ignorar na medição do PIB, o custo para a coletividade da destruição dos recursos naturais não-renováveis, e o dos solos e florestas (dificilmente renováveis)? Por que ignorar a poluição das águas e a destruição total dos peixes nos rios em que as usinas despejam seus resíduos?. FURTADO (1974, p 116-174).

Ramos (2003) alerta que o problema de insustentabilidade não está apenas no desenvolvimento, é preciso reconhecer que o nosso modo de vida se tornou insustentável e este é muito mais difícil de mudar, pois implica aperfeiçoamento individual e coletivo, simultaneamente. Segundo o autor, ou acreditamos que o ser humano pode construir um

mundo melhor para si, para seus semelhantes, no presente e no futuro, ou cabe reconhecer o fracasso de nossa existência e que o desenvolvimento sustentável é apenas uma forma de adiar o inevitável fim. É preciso iniciar um aprendizado individual e coletivo que nos leve a outras perspectivas de mudanças em nosso modo de viver.

Diante dessas discussões, é possível afirmar, no século XXI, o conceito de desenvolvimento sustentável está bem amadurecido, que se popularizou passando a fazer parte da vida cotidiana das pessoas. Ramos (2003) indica: desenvolvimento sustentável é um conceito presente desde as pequenas atitudes de comportamento, como a separação e a reciclagem do lixo doméstico, até as grandes estratégias comerciais de algumas empresas especializadas em atender um mercado consumidor, que cobra qualidade diferenciada, tanto dos produtos consumidos, quanto dos processos inerentes a produção.

É preciso intensificar as aprendizagens que levem a humanidade a outras formas de manifestação concreta e que possibilitem uma perspectiva de mudança em nosso modo de viver diariamente, atuando como cidadãos conscientes e capazes de colaborar com o meio ambiente.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir serão apresentados os resultados da pesquisa intitulada Educação Ambiental: concepções dos professores das séries iniciais da Escola Municipal Vicente Francisco da Costa em Alta Floresta – MT, no ano de 2013.

3.1 Perfil dos pesquisados

Do público pesquisado, 11 são do sexo feminino e 04 do sexo masculino. No que se refere à faixa etária, 12 deles tem entre 38 a 48 anos e 03 têm entre 26 a 30 anos. Da formação universitária, 09 são habilitados em Pedagogia; 01 em Letras; 02 em Matemática; 02 em Biologia e 01 em História.

Como indica a pesquisa realizada por Gatti e Barreto (2009), o maior contingente de profissionais que atuam no magistério, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, é formado por mulheres. Essa questão também foi constatada na pesquisa que indicou que as mulheres é maioria no quadro de professores da escola onde se desenvolveu o trabalho.

Em relação ao tempo de trabalho na educação, 06 estão na carreira de 20 a 25 anos; 05 ingressaram no magistério entre 10 a 14 anos e 04 trabalham na educação a mais de 30 anos.

Os professores abordados têm uma longa experiência profissional e, levando em conta que foram oferecidas no município de Alta Floresta várias formações na área ambiental, os sujeitos em voga tiveram a oportunidade de participar desses estudos.

Nos últimos 15 anos, aconteceram no Estado de Mato Grosso e em Alta Floresta estudos oferecidos pelo Ministério da Educação (MEC); Secretaria de Estado de Educação (SEDUC); Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica (CEFAPRO) de Alta Floresta e por outros órgãos, formações a respeito de Educação Ambiental. Entre elas pode se destacar:

O Programa Parâmetros em Ação: Meio Ambiente na Escola oferecido pelo MEC e Ministério do Meio Ambiente (MMA) de forma colaborativa com as secretarias estaduais e municipais de educação, no período de 2000 a 2004; os estudos e conferências do Programa: Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas, do qual Alta Floresta vem participante desde o ano de 2004; e os encontros formativos oferecidos pelo CEFAPRO intitulados Educadores planetários do século XXI, oferecidos nos anos de 2005, 2006 e 2007. Todos os estudos ora mencionados foram disponibilizados para as escolas públicas de Alta Floresta, de acordo com os registros das certificações oferecidas pelo CEFAPRO, como indica Mato Grosso (2000 - 2012).

Brasil (1997) mostra que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) foram lançados em 1997, com exemplares para as disciplinas do currículo escolar e também para os Temas Transversais, que são componentes curriculares primordiais para a formação dos educandos. Um dos componentes é o tema Meio Ambiente, que traz, em seu bojo, princípios, conceitos e objetivos para se promover a Educação Ambiental nas escolas, permanentemente.

As discussões sobre a questão não é nova, mas o entendimento e a promoção da sua prática se mostra carente de outros investimentos na formação dos professores pesquisados, como será abordado no próximo item do presente artigo.

3.2 Concepções dos pesquisados a respeito das atividades de Educação Ambiental realizadas na escola

Ao serem questionados a respeito do envolvimento dos profissionais da escola em atividades de Educação Ambiental, 100% dos pesquisados informaram que todos os professores da escola trabalham com o tema. No que se refere à participação dos alunos nas atividades de Educação Ambiental, 11 docentes responderam que é boa e 04 que é regular.

Quais variáveis são responsáveis pela boa ou regular participação dos educandos nas atividades de EA promovidas pelos sujeitos pesquisados? Essa pergunta pode ser foco de uma nova pesquisa, portanto, não se arrisca nenhuma análise infundada, somente a expressão de algumas dúvidas. Quando o educando não se mostra interessado em uma aula, segundo os estudiosos da didática, pode ser porque a mesma não foi significativa para o estudante. Seria essa a justificativa para o caso em voga? A forma que se deu a pesquisa não possibilitou a coleta de dados que indicassem para essa ou outra explicação. Dessa forma, comentar as referidas dúvidas é uma maneira de apontar para a possibilidade de novas investigações.

Quando foram indagados sobre as possíveis limitações para trabalhar Educação Ambiental na escola, 08 docentes disseram que é recurso financeiro; 03, que é desinteresse dos governantes e da comunidade; 02 indicaram o desinteresse dos próprios profissionais da escola e 02 ressaltaram que é o desinteresse dos alunos.

Sabe-se que os recursos financeiros podem ajudar a ampliar as possibilidades de realizações, visto que algumas aulas de campo, em locais longe da escola, têm custo maior que as aulas realizadas na própria escola ou em suas circunvizinhanças. Por outro lado, a falta de recursos financeiros não pode servir de justificativa para a não realização de aulas práticas. No pátio das escolas é possível desenvolver atividades no jardim, na horta e em outros espaços da instituição. No entorno da escola e na comunidade em geral, há muitos espaços que podem ser explorados, tais como os quintais com suas diversidades frutíferas, de plantas medicinais e ornamentais.

Outra dificuldade citada pelos pesquisados foi o desinteresse dos governantes e da comunidade. Há questões que são da responsabilidade dos governos e da sociedade. Outras, são da responsabilidade dos professores. Promover o processo ensino-aprendizagem com sucesso é da competência dos docentes. Entende-se, nessa situação, que sucesso seja promover uma educação de qualidade social coerente com as exigências da contemporaneidade.

De acordo com Dias (1994), a Educação Ambiental é uma prática educacional conciliada com a vida em sociedade, com múltiplos enfoques, sejam eles, sociais, econômicos, políticos, culturais ou artísticos, envolvendo diversas áreas enfatizando a interdisciplinaridade.

Todos os profissionais abordados responderam que são motivados pelas lideranças da escola a desenvolver trabalhos de Educação Ambiental. Esse incentivo poderá ser mais exitoso se incluir também na formação continuada promovida pela escola, a discussão de

alternativas de práticas pedagógicas inovadoras, exequíveis e coerentes com a realidade da comunidade escolar.

Segundo a Lei de Política Nacional de Educação Ambiental, nº 9.759 de (1999), um dos objetivos da educação ambiental é o incentivo à participação individual e coletiva, responsável pela preservação do meio ambiente, valorizando o exercício da cidadania.

Dias (1992) esclarece que, considerando a importância da temática ambiental evidencia-se que as escolas são espaços privilegiados na execução de atividades que propiciem essa reflexão, sendo necessárias atividades em sala de aula e também em campo, com ações orientadas. Nesse sentido, o incentivo por parte da escola aos professores faz-se necessário continuar acontecendo, com os devidos acréscimos para torná-la mais eficaz.

Todos os professores responderam que realizam atividades ambientais dentro e fora da escola. Quanto aos lugares em que levam os educandos para tais ações, 07 deles informaram que foram ao Hotel Floresta Amazônica, localizado no município de Alta Floresta, onde tem uma trilha na qual pode se explorar várias espécies da fauna e flora da região; 05 dos pesquisados disseram que levam os educandos para fazer aulas de Educação Ambiental em alguns lugares do bairro; 02 professores afirmaram ter levado os educandos para conhecer rios e 01 esclareceu que levou os educandos para aula de campo numa chácara.

Nenhum dos pesquisados relatou atividades realizadas no jardim e na horta da escola, que podem ser explorados para o trabalho pedagógico. Todos falaram da prática que têm de selecionar os resíduos produzidos na escola. Quanto ao fim dado ao material selecionado, de acordo com 13 dos profissionais abordados, os mesmos são recolhidos pelas empresas de reciclagem. De acordo com 03 dos pesquisados, os materiais em questão são recolhidos pela coleta realizada pela prefeitura.

Quando foram indagados a respeito de como acontece a participação dos alunos nas atividades de educação ambiental, 09 dos professores responderam que de acordo com a idade; 05 dos pesquisados disseram que os educandos participam da coleta de resíduos produzidos pela escola e, de acordo com 01 deles, a participação dos educandos acontece conforme o incentivo do professor.

Para 11 dos sujeitos abordados, os trabalhos de Educação Ambiental serviram para sensibilizar os alunos para conservar o ambiente global e o ambiente escolar; 03 dos professores apontaram como contribuições das práticas de educação ambiental a participação dos alunos na seleção de resíduos produzidos na escola e 01 dos pesquisados afirmou que as atividades foram úteis para aprimorar a higiene pessoal dos educandos.

Cada pessoa percebe o mundo de uma forma, dependendo da sua história. Os professores externaram em suas respostas que entendem a importância da EA e que trabalham com o tema. Contudo, os professores também demonstraram limitações conceituais e metodológicas sobre o assunto. Tão importante quanto oferecer formação aos docentes é acompanhar suas práticas e questionar suas concepções, para verificar como entenderam as proposições dos estudos, ou seja, se os objetivos das formações oferecidas foram alcançados. Fica um alerta também para as instâncias que vêm promovendo estudos, para que avaliem a eficácia dos mesmos.

A escola tem a incumbência de propiciar “um ambiente escolar saudável e coerente com o que ela pretende que seus alunos apreendam, para que possa, [...] contribuir para a formação da identidade do cidadão consciente de suas responsabilidades com o meio ambiente” conforme propõe Brasil (2001, p. 187). Portanto cabe à escola garantir situações em que os alunos possam pôr em prática sua capacidade de atuação.

Para possibilitar um aprendizado aos educandos da forma que Brasil (2001) sugere é preciso que os docentes tenham clareza e capacidades para desempenhar tal papel. Ninguém ensina o que não sabe. Para aprimorar alguns conceitos inerentes à EA, é mister que os professores tenham acesso a estudos que lhes confirmem a capacidade de conceber e promover uma Educação Ambiental como ferramenta de construção de conhecimentos referentes à cidadania planetária, de forma dinâmica, abrangente, interdisciplinar e sistêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os pesquisados a Educação Ambiental é trabalhada na Escola Municipal Vicente Francisco da Costa por todos os professores. Os mesmos declararam que encontram dificuldades para o desenvolvimento das práticas devido à falta de recursos financeiros, desinteresse da família, espaço físico, desinteresse por parte dos próprios colegas de trabalho, dos alunos, dos governantes e da comunidade.

Informaram também que recebem incentivos da escola para desenvolver atividades voltadas para a questão ambiental, que levam os educandos para aulas de campo em trilhas, chácaras, rios e em diversos locais do bairro onde a escola está localizada. Para os sujeitos da pesquisa, as atividades de EA realizadas na escola serviram para: aprimorar a consciência ambiental, no que se refere à conservação ambiental global e da escola; indicar a importância da coleta seletiva de resíduos e melhorar os hábitos de higiene pessoal dos educandos.

Os pesquisados demonstraram compreensão da importância de trabalhar as questões ambientais no currículo escolar. Também demonstraram fragilidades referentes ao entendimento de alguns conceitos de Educação Ambiental, das possibilidades de trabalhar com a temática e do papel do educador ambiental. A formação continuada (no ambiente escolar ou em outros espaços formativos) voltada para a abordagem dessas questões se apresenta como uma possibilidade de aprimoramento para os referidos pesquisados.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the conceptions of Environmental Education teachers of the Initial Series, School of Municipal Vicente Francisco Costa, the city of Alta Floresta-MT, in 2013 and see if they are developing environmental projects. To develop the research used the approach method and the method of inductive procedure monograph. The data collection instrument was a questionnaire consisting of 19 open and closed questions. According to survey teachers develop environmental project and believe in their importance for civic education of students. Despite educator encounter difficult things such as lack of financial resources, lack of interest in family, physical space, disinterest on the part of professionals, students, lack of teaching materials, lack of interest by governments and the community, still manage to get support, encouragement and motivation by school to develop new projects. Through research it was found that students' participation in these project happen by the motivation of the learners themselves that are participatory and because of the encouragement of the educators who lead their students in different places like farms, rivers, Amazon and hotel districts. With the end of the project can be seen that the student have adopted attitudes that contribute in preserving the environment and the school courtyard, were sensitized and aware regarding the selection of garbage in school and at home and still have acquired the habit of personal hygiene.

Keywords: Environmental Education. Concepts and Practices. Initial Series.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Política Nacional de Educação Ambiental. Lei 9795/99. Brasília, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura (MEC), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Relatório do Levantamento Nacional de Projetos de Educação Ambiental, I Conferência Nacional de Projetos de Educação Ambiental (Brasília, 1997).

Ministério do Meio Ambiente. <http://www.mma.gov.br>. Acesso: Nov. 2012.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasil: Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2001.

BEZERRA, M. C. L.; BURSZTYN, M. (coord.). **Ciência & tecnologia para o desenvolvimento sustentável**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Consórcio CDS/UnB/Abipti, 2000.

BUARQUE, C. **A revolução nas prioridades**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

CAMARGO, A. Governança para o século 21. In: TRIGUEIRO, A. **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p. 307-322.

CAMARGO, A.; CAPOBIANCO, J.P.R.; OLIVEIRA, J.A.P. (Org) **Meio ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós-Rio-92**. 2 ed. rev. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

CAVALCANTI, C. Meio ambiente, Celso Furtado e o desenvolvimento como falácia. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v.5, n.2, p.73-84, ago./dez. 2002.

DIAS, Genebaldo F. **Educação ambiental: princípios e práticas** SP: Gaia, 1992.

_____. **Educação ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 1994.

_____. **Educação ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 2004.

GATTI, Bernardete; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. **Professores no Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.

FURTADO, C. **Brasil, a construção interrompida**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

MATO GROSSO, Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica – CEFAPRO. **Registro de certificações oferecidas pelo CEFAPRO de 2000 a 2012**. Alta Floresta – MT.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. <http://www.mma.gov.br>. Acesso: Nov. 2012.

RAMOS, P. Desenvolvimento, excedente, desperdício e desigualdade: a insustentabilidade de nosso modo de vida. In: Martins, R.C.; Valencio, N. F. L. S. (org.) **Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil: desafios teóricos e político-institucionais**. São Carlos: Rima, 2003. v.2, p. 35-52.

SOUZA, A. K. **A relação escola-comunidade e a conservação ambiental**. Monografia. João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2000.

VICTORINO, Célia Jurema Aito. **Canibais da natureza: educação ambiental, limites e qualidades de vida**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.